

Política

CONSTITUINTE

ELEIÇÕES: CONSTITUINTE DECIDE.

Sem acordo entre as lideranças, o perdão para os pequenos e micro empresários do Plano Cruzado será decidido no voto.

A proposta de anistia aos débitos com a correção monetária dos micro e pequenos empresários que se endividaram durante o Plano Cruzado será decidida mesmo "no voto". Esta é a expectativa dos constituintes autores das três emendas que propõem o perdão — o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e os deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (MG-sem partido). Eles não admitem qualquer acordo.

Humberto Souto classificou as propostas feitas por parlamentares e até por ministros — como o da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que admite anistia de 50% da dívida — como "tentativas de desmobilização do movimento nacional para anistiar os devedores". O governo já está sabendo que a emenda vai ser aprovada e tenta desarticlar os constituintes, acredita Souto.

O único acordo que os constituintes admitem é o de fundir as três emendas e aprovar um texto sem dúvidas. O acordo para a fusão está pronto, faltando apenas a redação final da emenda que prevê alguns pontos: a anistia é apenas para a correção monetária, permanecendo o principal e os juros; atinge todo o País e micro e pequenos empresários urbanos; pequenos e médios agricultores; anistia a correção dos empréstimos até dezembro de 1987; e concede prazo de 180 dias para o pagamento do principal e dos juros.

O senador Mansueto de Lavor lembra que a anistia aos débitos

com a correção monetária durante o Plano Cruzado resgata o que foi desrespeitado, já que naquele ano o governo proibiu a correção para estes empréstimos. Ele lembra que os bancos descumpriram as determinações do governo incluindo cláusulas de correção nos contratos.

Uma segunda proposta elaborada pelo senador Marcondes Gadelha, líder do PFL — congelar a dívida por 12 meses e a partir do 13º mês começar a pagá-la sem correção —, também foi recusada pelos autores das emendas. O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) quer o deputado José Lourenço (PFL-BA) intermediando negociações entre o governo e os constituintes para "se chegar a um acordo bom para todos".

Lourenço vai-se reunir hoje com o ministro Maílson da Nóbrega para tratar da anistia. Inocêncio de Oliveira acredita que com a radicalização dos autores das emendas de anistia muitos constituintes simpáticos à proposta deixarão de votar em razão de outros interesses.

Outra dúvida levantada por Inocêncio de Oliveira é quanto ao montante de recursos. Os números apontados pelo governo são muito acima daqueles obtidos pelos autores das emendas.

Humberto Souto lembrou que Maílson da Nóbrega não é irresponsável para não admitir a anistia da correção monetária, "mas é insensível a ponto de questionar a proposta".



Konder Reis, Carneiro e Cabral, com Ulysses ontem.

Ulysses otimista: falta pouco para o final.

Se a Constituinte passar, até esta quarta-feira, pela difícil questão da anistia política, poderá avançar vários artigos ainda esta semana, já que os seguintes não tratam de matérias polêmicas. Ulysses Guimarães está tão otimista com a rapidez dos trabalhos que previu para meados de julho o fim da votação, caso a das Disposições Transitórias

terminasse até o final desta semana. Fora a anistia e as eleições de prefeitos, os artigos a seguir tratam de temas não controversos, como a elaboração das constituições estaduais, a composição do futuro Superior Tribunal de Justiça, a futura advocacia da União e a vigência das normas tributárias e orçamentárias.

Anistia: militares não querem surpresa.

Apesar da grande expectativa, os ministros militares estão certos de que não haverá surpresa na votação da anistia para seus colegas, prevista para esta semana. Eles já receberam garantias de vários parlamentares de que o texto básico do Centrão, aprovado há 15 dias em plenário, será mantido — na verdade, o único que os militares aceitam: sem pagamento dos atrasados nem a volta ao serviço ou o perdão para os punidos.

O que se espera para esta semana são os 17 pedidos de destaque sobre a matéria, que deverão passar por votação em separado. Mas o presidente da Constituinte não acredita que o Centrão conseguirá quórum para alterar a emenda da anistia — e também está convencido de que dificilmente os que pretendem ampliar a anistia para os militares conseguiriam maioria absoluta.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e a ala esquerda da Assembléia ameaçam aprovar uma fusão de emendas onde esteja prevista, pelo menos, uma solução para o caso dos 1.500 marinheiros que até agora não receberam nenhum benefício. Esse contingente foi licenciado a bem do serviço público e a

bem da disciplina, sem direito a qualquer ganho adicional já concedido aos punidos com atos de exceção.

É essa justamente a questão mais polêmica para o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia. Segundo seu raciocínio, a partir do momento em que forem beneficiados os 1.500 marinheiros, outros 11 mil licenciados se acharão no direito de reivindicar os mesmos direitos, com base nos mesmos artigos de estatuto dos militares. E isso envolve, conforme os cálculos do ministro, uma soma perto dos Cz\$ 140 bilhões.

O almirante acredita ter razões para ser contra a anistia aos militares cassados depois de 1964. Diz ele que os que retornarem à ativa enfrentarão situações constrangedoras, tendo de prestar continência aos oficiais mais jovens, quando não mantidos na ociosidade. E o que é pior, na opinião de Sabóia: eles poderão reabrir um debate que está contido dentro dos quartéis — o ideológico.

Nenhum dos dois lados fala em perder essa batalha. O ministro do Exército, general Leônidas Gonçalves, viajou para a China certo de que a anistia não será ampliada.

A MAMATA VAI A VOTAÇÃO

Prorrogação do mandato dos prefeitos e vereadores, mandato-tampão e reeleição estão na pauta.

Pelo menos 400 constituintes estão sendo esperados na sessão de hoje da Assembléia Nacional, que deverá votar, por volta das 16h, as emendas fixando mandato-tampão de dois anos aos prefeitos eleitos este ano e a que prorroga os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, marcando as eleições para 1989.

E por mais contraditório que possa parecer, o autor da emenda prorrogacionista, senador Áureo Mello (PMDB-AM), previu que "vai ter eleições este ano". Ele mesmo previu a derrota de sua emenda e a manutenção do texto do Centrão, que marca a posse dos eleitos este ano para 1º de janeiro de 1989. Para o senador, um sinal dessa tendência foi dado pelo Senado ao aprovar o projeto regulamentando as eleições para este ano. Essa é a mesma opinião dos participantes da reunião de ontem na casa de Ulysses — o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), deputado Konder Reis (PDS-SC), deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de

Oliveira —, embora o deputado Arnaldo Rosa Prata esteja trabalhando muito sua emenda, de mandato-tampão de dois anos aos prefeitos, permitida a reeleição a 15 de novembro de 1990.

Na opinião do líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP) a experiência da reeleição "poderia livrar os políticos brasileiros do fantasma de que a reeleição significa corrupção". Além dessa, Righi, o líder do PFL, José Lourenço (BA), Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) e até o ex-ministro do Trabalho, deputado Arnaldo Prieto, apontam como vantagem da emenda Rosa Prata a coincidência, em 1990, das eleições municipais com as de governador, deputados estaduais e federais e um terço dos senadores.

Já Ulysses quer um mandato de quatro anos para os prefeitos e vereadores eleitos a 15 de novembro deste ano e está admitindo que poderá não haver quórum de 280 votos — maioria absoluta — para alterar o texto do Centrão, que, sem mudanças, garante as eleições municipais em novembro próximo.



Righi (no alto) e Magalhães são pelo tampão, reeleição e eleições em 90.